

Endividados devem deter saída de capital para receber mais crédito

por Stewart Fleming
do Financial Times

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, advertiu ontem que a menos que os países em desenvolvimento adotem políticas que contemplem a fuga de capital para os mercados financeiros do exterior são poucas as possibilidades de que obtenham novos fluxos de créditos dos bancos comerciais.

Baker salientou que países como o Peru, que anunciaram que estão dispostos a honrar apenas parcialmente seus débitos, ou outros países que repudiariam os pagamentos da dívida externa, não apenas serão cortados dos empréstimos privados, mas também dos créditos comerciais.

Em depoimento perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, centralizado no novo plano de três partes proposto por ele durante a reunião anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Seul, o secretário do Tesouro reiterou que todas as partes envolvidas — os países devedores, os bancos comerciais e os bancos multilaterais de desenvolvimento — devem participar do sistema, para que este funcione.

Na terça-feira, perante a comissão bancária da Câmara de Representantes,

Baker informou que do total de US\$ 20 bilhões em novos empréstimos bancários previstos no plano cerca de US\$ 13 bilhões seriam fornecidos por bancos estrangeiros, junto com US\$ 7 bilhões colocados por bancos norte-americanos.

Baker enfatizou, ontem, que a adoção de políticas econômicas orientadas para o mercado, por parte dos países em desenvolvimento, de forma a restaurar o crescimento e a confiança de seus cidadãos, é necessária para impedir a fuga e a exportação de capitais. "Ninguém emprestará novos recursos a um país cujos próprios cidadãos não deixam seu dinheiro ali", comentou.

BANCOS DEFINEM CONDIÇÃO

Apesar disso, o secretário deixou claro a diferença entre as políticas de austeridade econômica a curto prazo aplicadas pelos países em desenvolvimento — que, segundo Baker, originaram uma melhora em seu desempenho econômico — e os programas voltados ao crescimento econômico a longo prazo por ele propostos. Também deu a entender que os bancos comerciais devem indicar as condições, que devem ser vinculadas aos novos créditos propostos pelo Tesouro dos Estados Unidos.

Ao comentar a função dos bancos multilaterais de desenvolvimento, e do Ban-

co Mundial, em particular, no novo plano, o secretário disse estar determinado a impedir acusações do Congresso de que a proposta corresponderia a um resgate dos bancos — um perigo que poderia surgir, segundo afirmou, caso fossem fornecidos recursos em larga escala, vinculando garantias do Banco Mundial a novos empréstimos bancários.

O secretário também ressaltou que "não estamos aqui pedindo mais dinheiro", em resposta a uma indagação do senador Jesse Helms, um influente arqui-conservador do Capitólio, salientando que, somente, caso as propostas funcionem — isto é, os bancos forneçam empréstimos e os países em desenvolvimento adotem as reformas econômicas consideradas necessárias, juntamente com um aumento nos empréstimos do Banco Mundial —, o Tesouro solicitará ao Congresso novos recursos para um aumento do capital do Banco Mundial.

Baker assinalou que, mesmo assim, "não penso que o aumento será próximo à magnitude dos US\$ 8,3 bilhões" relativos à elevação da cota do Fundo Monetário Internacional, em 1983.

O secretário informou que os Estados Unidos não planejam pressionar ou, como o senador Helms sugeriu, "forçar" os bancos comerciais a participar do plano, através das agências reguladoras bancárias. Baker assinalou que no próprio interesse de todas as partes envolvidas, assim como no interesse da estabilização do sistema financeiro mundial, é necessário participar do sistema.

OS BENEFICIÁRIOS

Baker também citou os quinze países que, segundo disse, poderão ser os mais prováveis beneficiários dos novos recursos. Estes são Argentina, México, Brasil, Venezuela, Uruguai, Chile, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Iugoslávia, Filipinas, Nigéria, Costa do Marfim e Marrocos.

O secretário ressaltou que os principais bancos comerciais dos Estados Unidos e de vários países indicaram que interpretavam a nova iniciativa de uma forma favorável. "Os maiores devedores", afirmou, "reagiram muito positivamente." Apesar disso, mencionou o Peru como um país que reagiu negativamente.